



ESTADO DE GOIÁS  
FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BRASIL CENTRAL

Portaria Portaria 02-2021/2021 - PREVCOM-BRC

Institui o Comitê Setorial do Programa de Compliance Público da Fundação de Previdência Complementar do Brasil Central – PREVCOM-BrC e dá outras providências.

O Diretor-Presidente Francisco Jorgivan Machado Leitão, no uso de suas atribuições que lhes conferem o inciso III do art. 56º da Lei nº 20.491/19, e

Considerando o Programa de Compliance Público, com base nas Boas Práticas de Governança Corporativa, que é gerido pela Controladoria-Geral do Estado de Goiás;

Considerando a Norma ABNT NBR ISO 31000:2018 que estabelece princípios, estrutura e processo para a implantação da Gestão de Riscos;

Considerando o modelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* - COSO 2013 e atualizações – *Internal Control – Integrated Framework* (ICIF);

Considerando a iniciativa estratégica de Implantação do Programa para os entes da Administração Direta e Indireta, instituído pelo Decreto Estadual nº 9.406/19, que institui o Programa de Compliance Público no Poder Executivo do Estado.

Considerando os modelos de boas práticas gerenciais voltados a implementação do Programa de Compliance Público, estabelecidos no art. 8º do Decreto acima citado,

Considerando a Portaria nº 041/19-CGE e alterações, que institui o Grupo de Trabalho para realizar as atividades de consultoria, orientação e apoio necessárias a implantação do Eixo IV Programa de Compliance Público (PCP),

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Setorial de Compliance Público que atuará no âmbito da Fundação de Previdência Complementar do Brasil Central – PREVCOM-BrC com a seguinte composição:

I – Diretor-Presidente/Investimento: Francisco Jorgivan Machado Leitão;

II – Diretor de Administração/Seguridade: Murilo Luciano Souza Barbosa;

III – Assessora de Auditoria Interna e Governança: Flávia Maria Brasil;

IV – Assessora de Comunicação: Joyce Lima Braga;

V – Assessor Jurídico: Rafael Cunha Fernandes;

VI – Coordenador do Núcleo de Planejamento e Tecnologia da Informação: Antônio Henrique Pereira;

VII - Coordenador do Núcleo de Administração: Marcus Vinícius de Santana Amaral;

VIII – Coordenador do Núcleo de Contabilidade: Luiz Fernando de Oliveira;

IX - Supervisor Financeiro: Fernando Rodrigues da Silva.

§ 1º O Comitê Setorial de Compliance será presidido pelo Diretor-Presidente Francisco Jorgivan Machado Leitão e, na sua ausência, pela Assessora de Auditoria Interna e Governança Flávia Maria Brasil.

§ 2º Caberá à Flávia Maria Brasil secretariar as reuniões, registrando em ata as respectivas pautas e deliberações.

§ 3º O Comitê Setorial poderá convocar representantes de outras áreas da Fundação de Previdência Complementar do Brasil Central-PREVCOM-BrC para participarem das reuniões.

§ 4º O Assessor/Consultor de Controle Interno, instituído por meio do parágrafo único do art. 17 da Lei Estadual nº 20.491/19, fará a integração institucional entre a Fundação de Previdência Complementar do Brasil Central-PREVCOM-BrC e a Controladoria-Geral do Estado de Goiás, bem como a consultoria para implantação do Programa. O Assessor/Consultor participará das reuniões do Comitê Setorial de Compliance em caráter consultivo, o que não lhe confere poder de voto.

§ 5º O Comitê Setorial poderá reunir-se em quórum de 50% de seus integrantes, com participação obrigatória do presidente ou seu substituto.

§ 6º As decisões do Comitê Setorial serão tomadas por maioria simples. Em caso de empate, o voto do presidente será qualificado.

§ 7º A função de membro do Comitê Setorial de Compliance é indelegável e não remunerada.

§ 8º O Comitê Setorial reunir-se-á bimestralmente em caráter ordinário, e, extraordinariamente, sempre que necessário, podendo a reunião extraordinária ser solicitada por quaisquer de seus membros e/ou pelo Assessor de Controle Interno.

§ 9º Poderá o Comitê Setorial realizar deliberações extraordinárias por meio de aplicativos ou outras formas de comunicação virtual, em situações previamente definidas em reunião presencial e registradas em ata.

Art. 2º Comitê Setorial de Compliance, doravante denominado “Comitê Setorial”, é um órgão colegiado de caráter deliberativo e permanente para questões relativas ao Programa de Compliance Público e reger-se-á por esta Portaria.

Art. 3º O Comitê Setorial zelará pela implementação dos eixos do Programa de Compliance Público, quais sejam:

I – estruturação das regras e dos instrumentos referentes aos padrões de ética e de conduta;

II – fomento à transparência;

III – responsabilização;

IV – gestão de riscos.

Parágrafo único. Primeiramente serão implementadas as ações referentes ao eixo IV do Programa, o qual prevê a Gestão de Riscos.

**Art. 4º Compete ao Comitê Setorial:**

- I – fomentar as práticas de Gestão de Riscos;
- II – acompanhar de forma sistemática a gestão de riscos com o objetivo de garantir a sua eficácia e o cumprimento de seus objetivos;
- III – zelar pelo cumprimento da Política de Gestão de Riscos;
- IV – monitorar a execução da Política de Gestão de Riscos;
- V – estimular a cultura de Gestão de Riscos;
- VI – decidir sobre as matérias que lhe sejam submetidas, assim como sobre aquelas consideradas relevantes;
- VII – verificar o cumprimento de suas decisões;
- VIII – revisar a política de gestão de riscos e aprovar o processo de gestão de riscos;
- IX – indicar os proprietários de riscos;
- X – estabelecer o Plano de Gestão de Riscos;
- XI – retroalimentar informações para a Auditoria Baseada em Riscos – ABR.
- XII – designar os servidores da Unidade responsáveis pelo cumprimento das etapas e elaboração dos documentos pertinentes à implantação da Gestão de Riscos.
- XIII – acompanhar a implementação das ações dos eixos I a III do Programa de Compliance Público.

**Art. 5º Compete ao Presidente do Comitê Setorial:**

- I – convocar e presidir as reuniões do Comitê Setorial;
- II – avaliar e definir os assuntos a serem discutidos nas reuniões;
- III – cumprir e fazer cumprir esta Portaria;
- IV – autorizar a apreciação de matérias não incluídas na pauta de reunião.

**Art. 6º - Compete à Secretaria Executiva ou equivalente:**

- I - acompanhar e monitorar o preenchimento dos Relatórios de Gerenciamento de Riscos no Sistema Smartsheet pelos proprietários dos riscos.
- II - monitorar as ações que estão em realização para evolução da maturidade em Gestão de Riscos, notadamente os itens do Questionário de Avaliação de Maturidade - Centro de Qualidade, Segurança e Produtividade – QSP.
- III - centralizar informações referentes ao monitoramento da gestão de riscos
- IV – comunicar ao Comitê Setorial qualquer informação sobre questões importantes referentes a Gestão de Riscos.
- V - auxiliar no agendamento e pauta das reuniões do Comitê Setorial.
- VI - realizar reuniões de sensibilização da Gestão de Riscos.
- VII - atender às demandas e orientações da Assessoria de Controle Interno (ou da consultoria) desta Pasta.
- VIII - acompanhar e monitorar os Proprietários de Riscos nas suas principais atribuições.
- IX – acompanhar e monitorar a implementação das ações dos eixos I a III do Programa de Compliance Público, especialmente quanto ao cumprimento dos quesitos definidos no Ranking do PCP.

**Art. 7º - Para a implementação do Programa de Compliance Público no âmbito da Fundação de Previdência Complementar do Brasil Central-Prevcom-BrC foi firmado um Termo de**

Compromisso entre esta pasta, a Procuradoria Geral do Estado e a Controladoria-Geral do Estado, conforme Termo de Compromisso nº 3/2021 GEAC, o qual estabeleceu as obrigações a cargo de cada pasta.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**CUMPRA-SE e PUBLIQUE-SE.**

Francisco Jorgivan Machado Leitão

Diretor-Presidente

Fundação de Previdência Complementar do Brasil Central-Prevcom-BrC

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO BRASIL CENTRAL, aos 13 dias do mês de outubro de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO JORGIVAN MACHADO LEITAO, Diretor (a) Presidente**, em 13/10/2021, às 16:43, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.go.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **000024390958** e o código CRC **8B6125C6**.

AVENIDA VEREADOR JOSÉ MONTEIRO Nº 2233 - Bairro NOVA VILA - GOIANIA - GO - CEP 74653-900 - (62)3269-2243.



Referência: Processo nº 202111867000620

SEI 000024390958